

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1.999

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Autor: Deputado Paulo Rocha

Relator: Deputado Eduardo Seabra

I - RELATÓRIO

O projeto de lei nº 19, de 1999, de autoria do ilustre Deputado Paulo Rocha, propõe que a manipulação de informações bancárias pelas instituições financeiras, públicas ou privada, seja realizada exclusivamente por empregados e funcionários do quadro próprio da instituição.

O autor justifica sua proposta alegando que o processo de terceirização de serviços utilizado pelas empresas implicou um aumento substancial da utilização de mão-de-obra externa aos quadros funcionais próprios das instituições financeiras, ocasionando uma maior exposição das informações sigilosas dos seus usuários.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR



362F695052

Não obstante a relevância para o consumidor, enquanto usuário ou cliente de instituição financeira, a maior segurança e garantia possível quanto à boa guarda das informações relativas aos seus registros bancários, devemos tecer as seguintes considerações:

1) os serviços bancários que são terceirizados pelas instituições financeiras são relativos a atividades que não implicam risco quanto à segurança das informações bancárias dos seus usuários;

2) todo trabalhador, em princípio, terceirizado ou não, deve ser merecedor de confiança e a responsabilidade por qualquer problema relativo à perda da segurança - que se espera na relação banco-cliente - é de total responsabilidade da instituição financeira, a qual deve manter mecanismos adequados que assegurem a privacidade, o sigilo e a segurança das informações que detém de seus clientes;

3) a Lei Complementar nº 105, de 10 de Janeiro de 2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”, revogou o art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, dispositivo ao qual o projeto sob comento visa acrescentar novo parágrafo.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei 19, de 1.999.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado EDUARDO SEABRA
Relator

